



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
**Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Faculdade de Ciências Humanas

Licenciatura em Filosofia - FACH

Lucas Mateus Barreiro Goes

Ética e prudência: a boa crematística na economia de Aristóteles e sua aplicação no ensino por meio do 'Jogo da Casa'.

Campo Grande - MS

2024

Lucas Mateus Barreiro Goes

Ética e prudência: a boa crematística na economia de Aristóteles e sua aplicação no ensino por meio do ‘Jogo da Casa’.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciatura plena em Filosofia.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina de Souza Agostini.

CAMPO GRANDE - MS

2024

Lucas Mateus Barreiro Goes

Ética e prudência: a boa crematística na economia de Aristóteles e sua aplicação no ensino por meio do ‘Jogo da Casa’

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciatura plena em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dr. Cristina de Souza Agostini

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Vinicius Carvalho da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

Dedico este trabalho a meus pais, Ana e Onofre, e a minha querida Larissa.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa um marco significativo em minha vida, e essa conquista só foi possível graças ao apoio e à contribuição de pessoas que, de diferentes formas, possibilitaram minha trajetória até a finalização do curso.

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder o dom da vida, um presente extraordinário que me permite crescer e aprender a cada dia.

Aos meus pais, Ana Maria e Onofre, sou eternamente grato pelo amor, confiança e carinho que sempre me ofereceram. Como filho único, sou imensamente grato pelo apoio incondicional que os senhores têm me dado em todas as fases da minha vida.

À minha noiva e eterna companheira, Larissa dos Santos: agradeço pelo amor, apoio e confiança.

Aos meus amigos, Pedro Cristaldo, Ilker Batista e Patrick Pereira, sou grato pelas risadas, conversas e pelo cultivo de uma amizade sólida e verdadeira.

À professora Dra. Cristina de Souza Agostini, agradeço profundamente pela paciência, dedicação e orientação em cada etapa deste projeto.

Aos professores Vinícius Carvalho da Silva, Erickson Cristiano e Weiny César, meu sincero agradecimento.

A felicidade é uma atividade da alma conforme a virtude perfeita  
(*Ética a Nicômaco*, 1098a16).

## Resumo

O objetivo do presente trabalho é explorar a economia, no pensamento de Aristóteles, com ênfase na apresentação da boa e da má crematística, além de suas implicações para o bem viver em comunidade. A partir das leituras do livro I de *Política*, e livro V de *Ethica Nicomachea*, a "boa crematística" é entendida como a prática voltada para a economia doméstica, atendendo as necessidades primárias e a possibilidade de uma vida virtuosa em comunidade, em contraste com a "má crematística", caracterizada pela busca excessiva de riqueza e pela subversão do fim último do dinheiro. Neste sentido, Aristóteles aponta o surgimento de práticas exploratórias no comércio, como o juros e a usura, que é considerada pelo filósofo como prejudicial e viciosa para o equilíbrio social. Com o intuito de contextualizar a filosofia de Aristóteles para o ensino médio, de maneira a promover uma reflexão crítica para os alunos da educação básica, em um segundo momento é proposta uma intervenção pedagógica no ensino de filosofia através de um jogo de tabuleiro, que aborda questões como sustentabilidade, virtude nas práticas econômicas e o bom uso dos recursos. A proposta didática visa não apenas a compreensão teórica da economia aristotélica, mas também o estímulo da reflexão ética e prática sobre economia no cotidiano dos estudantes.

Palavras-chave: Economia; crematística; dinheiro; juros; virtude.

## **Abstract**

The aim of this study is to explore the economy in Aristotle's thought, with an emphasis on presenting good and bad crematistics, as well as their implications for the well-being of the community. Based on readings from Book I of Politics and Book V of Nicomachean Ethics, "good crematistics" is understood as a practice oriented towards household economy, meeting primary needs and allowing for a virtuous life in community, in contrast to "bad crematistics," characterized by the excessive pursuit of wealth and the subversion of the ultimate purpose of money. In this sense, Aristotle points to the emergence of exploitative practices in commerce, such as interest and usury, which he considers harmful and vicious for social equilibrium. In order to contextualize Aristotle's philosophy for high school education, with the aim of promoting critical reflection among basic education students, a pedagogical intervention is proposed in the teaching of philosophy through a board game that addresses issues such as sustainability, virtue in economic practices, and the proper use of resources. This didactic proposal aims not only to provide a theoretical understanding of Aristotelian economics but also to stimulate ethical and practical reflection on economics in students' daily lives.

**Keywords:** Economy. Crematistics. Money. Interest. Virtue.

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	11
2. Logos .....	13
3. Casa .....	14
4. A ciência do lar e a arte de aquisição .....	17
5. A origem da moeda e sua subversão .....	20
6. Juros e monopólio .....	23
7. Atualidade .....	25
8. Proposta didática “Oikos Game” .....	27
8.1 Mecânica de jogo .....	28
9. Considerações Finais .....	31
10. Referências Bibliográficas .....	33

## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Esboço primário do tabuleiro .....	29
Figura 2 – Moeda de valor “1 crédito” .....	30
Figura 3 – Moeda de valor “5 créditos” .....	31
Figura 4 – Moeda de valor “10 créditos” .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

Conhecido como um dos pilares do pensamento filosófico ocidental, Aristóteles compôs em sua célebre obra *Política* uma vasta investigação acerca dos fundamentos da natureza humana, bem como a “gênese” do ser humano como racional e político, além de apresentar o desenvolvimento das primeiras sociedades e seus regimes. Anterior ao filósofo, há várias referências que apresentam a economia relatando a relação cotidiana dos indivíduos ante aos problemas do endividamento, bem como a economia doméstica, e a relação acerca do uso de propriedades associadas à casa, como exposto em Hesíodo e Homero. Dentro deste escopo, Aristóteles foi o primeiro filósofo, cujos textos chegaram a nós, a empreender uma análise minuciosa a respeito do funcionamento econômico de seu tempo, apresentando a formação da economia como atividade inerente ao homem em sociedade, e também a explorar as complexidades provenientes dessa relação.

No desdobramento das sociedades antigas, Aristóteles demonstra a maneira como a economia surge, a formação da moeda, a noção de juros e a constituição do comércio. Suas observações lançaram bases para que, posteriormente, relevantes filósofos e economistas concebessem novas teorias e concepções econômicas, como por exemplo, na idade média o economista Nicole Oresme, o filósofo Tomás de Aquino e a corrente escolástica; na modernidade, os filósofos e economistas Adam Smith, David Ricardo e Ferdinando Galiani, e na contemporaneidade Karl Marx, Carl Menger, o antropólogo Karl Polanyi, e mais recentemente, o economista, prêmio Nobel em 1998, Amartya Sen.

Devido a sua relevante contribuição para a fundamentação dos estudos acerca da economia e da política, o presente trabalho tem por finalidade apresentar e examinar a maneira como Aristóteles concebe a economia como ciência do lar, atividade esta distinta da política e, igualmente, a descrição do papel da boa crematística a serviço da economia doméstica, e a relação com o bem viver da comunidade. Assim como demonstrar como Aristóteles discute a maneira pela qual a atividade econômica se desvirtua, contrapondo-se à sua formação natural, com o surgimento dos juros, da má crematística do enriquecimento desregrado e do monopólio econômico.

Apreendendo o funcionamento econômico de seu tempo, Aristóteles produz análises relevantes acerca do papel da economia doméstica, o surgimento do dinheiro e a corrupção da moeda, de modo que ainda nos dias atuais, o filósofo se apresenta como referência para pensar como a economia deve estar atrelada a valores éticos.

Abordando os debates sobre o vício em apostas, o endividamento pessoal e suas consequências para a comunidade, é notável que cada vez mais o público jovem – em grande parte estudantes da educação básica – é atraído pela promessa de ganhos rápidos em jogos de cassinos online. Como uma intervenção educativa, no desdobramento deste trabalho é proposta uma atividade pedagógica para o ensino de filosofia na educação básica. A proposta consiste em um jogo de tabuleiro que, fundamentado nos conceitos aristotélicos de economia, crematística, moeda, juros, virtude e bem-viver, visa promover uma reflexão crítica sobre o impacto desses jogos de azar, bem como a importância do bom gerenciamento financeiro na vida dos jovens. O objetivo é fomentar o entendimento sobre uma economia baseada no bom gerenciamento dos recursos da comunidade, destacando princípios de sustentabilidade, práticas comerciais virtuosas e regulação monetária a partir dos princípios da filosofia aristotélica.

## 1. Logos

Na *Política*, Aristóteles analisa os elementos primários constituintes da *pólis* a partir da casa como unidade fundamental, ao mesmo tempo em que o ponto de partida empregado pelo estagirita<sup>1</sup> é a observação sobre a natureza do homem. Conforme o evidenciado pelo filósofo, o homem é um ser político (*zoon politikon*), e é natural que este tenha o desejo de formar uma comunidade (1253a). Assim como outros animais, o homem também é um animal “gregário”, isto é, forma comunidades a fim de subsistir, além da necessidade de deixar outro indivíduo para continuação da espécie, conforme pode ser lido no excerto abaixo:

As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja, a união da mulher e do homem para a perpetuação da espécie (isto não é o resultado de uma escolha, mas nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e nas plantas, há um impulso natural no sentido de querer deixar depois de um indivíduo um outro ser da mesma espécie). (*Pol. I*, 1252b)

Portanto, o ponto de partida está na primeira semelhança entre o homem e o animal sendo a necessidade de união para subsistência do grupo. Por outro lado, homens e animais possuem voz (*phoné*): enquanto os animais a utilizam para externalizar sensações de prazer e dor, os homens dispõem da voz enquanto parte de sua natureza para a formulação de discursos (*logoi*) com o fim político, e é por meio do *logos* que se exprime o conveniente e o nocivo, justiça e injustiça. Aristóteles aponta que a diferença essencial entre o homem e os demais animais gregários é a capacidade de elaboração discursiva, elemento fundamental para a constituição da política. O homem é o único ser capaz de conhecer e distinguir o bem do mal, conforme a passagem abaixo:

A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade. (*Pol. I*, 1253a)

Portanto, a fundamentação das comunidades políticas está na constituição da linguagem, possível unicamente por meio da atividade intelectual do homem. Como a natureza nada faz em vão, a política é realizada conjuntamente por homens dotados de linguagem: o *logos* é apreciado, debatido e exposto nas cidades; o *logos* está para aqueles que articulam o pensamento e o discurso justo, e é por meio do *logos* que homens fazem política, constituem comunidades e cumprem com os seus fins estabelecidos pela própria natureza. Conforme o historiador francês Jean-Pierre Vernant (1914 - 2007) aponta em sua obra *As*

---

<sup>1</sup> Seu apelido Ihe foi consagrado em virtude de sua cidade de origem. Segundo Diógenes Laércio, em sua célebre obra *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, Aristóteles nasceu no ano de 384 a.C. em Estagira, antiga Macedônia.

*Origens do Pensamento Grego*, o surgimento da atividade política é análogo ao desenvolvimento da linguagem. Segundo Vernant:

Entre a política e o *logos*, há assim relação estreita, vínculo recíproco. A arte política é essencialmente exercício da linguagem; e o *logos*, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, por intermédio de sua função política. Historicamente, são a retórica e a sofística, que pela análise que empreendem das formas do discurso como instrumento de vitória nas lutas da assembleia e do tribunal [...] (VERNANT, 2023, p. 34).

Logo, o exercício político ocorre por meio da linguagem. Os debates públicos, os julgamentos, pronunciamentos de autoridades são enunciados aos cidadãos presentes nas assembleias: a palavra é dirigida aos membros dos conselhos e aos ouvintes nas ágoras. Neste sentido, o discurso é realizado com o elemento da persuasão (*peitho*). De acordo com Vernant (2023), a palavra constituirá uma divindade relacionada à sua força de persuasão, chamada *Peithós*, “A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação” (2023, p. 54).

Historicamente, no âmbito das cidades, surgiram ilustres figuras capazes de promover debates públicos, contendas judiciais, e que através de seus discursos, com pleno domínio da persuasão, ofertavam o ensino da retórica; são estes indivíduos, os chamados sofistas. Portanto, o *logos* é constituinte da atividade política e o homem é um animal político (*zoon politikon*) por sua capacidade de fala, e exercício do intelecto. Conforme Gusdorf retrata, a soberania do homem perante os outros animais está no advento da linguagem, *logos*, pois “o homem interpõe entre o mundo e ele próprio a rede de palavras e com isso se torna o senhor do mundo” (2021, p.19). Determinante para as primeiras associações que formam as comunidades fundamentais, Aristóteles irá discorrer no livro I sobre o surgimento da casa e a relação natural entre o homem e a mulher.

## 2. A Casa

Segundo Aristóteles, a constituição da primeira forma de comunidade se dá em uma relação subscrita pela natureza humana definida pela necessidade de subsistência. A comunidade primária do lar (*oikos*) é essencial para o corpo político e social da cidade grega, haja vista ser a forma de comunidade antecessora à organização da polis. Em primeiro lugar, a casa é a primeira forma de relação interpessoal, pois a) macho e fêmea associam-se com o propósito da reprodução, e b) senhor e escravo com o fim da sobrevivência (1252b). O filósofo descreve que a primeira relação entre macho e fêmea é caracterizada como conjugal (*gamiké*), além da segunda relação sendo entre o chefe da casa e o escravo, como despótica

(*despotiké*). Deste modo, Taylor apresenta de maneira clara a administração da casa, como pode ser lido abaixo:

A Administração da casa envolve o domínio da razão prática desenvolvida do patriarca sobre escravos, mulheres e crianças, todos os tipos de ser humano que, segundo Aristóteles, não tem sabedoria desenvolvida; “o escravo não tem faculdade de deliberação, a mulher tem, mas numa forma incompleta” (1260a 12-14). Uma vez que essa deficiência os torna incapazes de cuidar adequadamente das necessidades de suas próprias vidas (a administração da casa diz respeito ao menos primariamente, às condições econômicas da vida), eles têm de contornar a deficiência por meio da dependência em relação à sabedoria do patriarca. (Taylor, 2009, p. 313)

A figura do chefe do lar é predominante para a constituição da comunidade doméstica, bem como toda a sistematização de poder da cidade grega, pois o chefe da casa é análogo ao déspota de uma cidade, e conforme o filósofo, esta posição necessariamente deve ser ocupada pelos membros mais velhos (1252b). Acerca das relações constituintes do lar, pode-se afirmar uma “tripartição”, onde a figura central da casa, ressaltada pelo senhor, relaciona-se de maneira diferente com os indivíduos que compõem o lar. Segundo Aristóteles, a família em sua forma perfeita é constituída necessariamente por indivíduos livres e escravos, dentre os quais, a tripartição é resumida entre as relações de senhor e escravo (despótica), marido e mulher (conjugal), pai e filhos (paternal) (1253b). Destas primeiras uniões constituem-se a casa como “a comunidade, portanto, que surge no curso da natureza para os propósitos cotidianos [...]” (*Pol. I*, 1252 b 10).

Conforme exposto no livro I, o estagirita analisa a relação entre o senhor e o escravo por meio de uma digressão, apontando que a natureza, por si mesma, distingue os indivíduos com aptidão para servirem dos que possuem aptidão para comandar; além da distinção física, os indivíduos aptos à servidão possuem plenas capacidades físicas para trabalhos servis, enquanto, os indivíduos aptos ao comando seriam incapazes para o trabalho manual por sua inaptidão física e, deste modo, Aristóteles aponta que estes indivíduos são aptos à vida cidadã (1254a-b). Aristóteles concebe o escravo como uma propriedade e instrumento vivo que serve aos interesses do senhor para a realização da vida prática de seu amo. Não há uma relação de igualdade entre o senhor e o escravo, de modo que o escravo, assim como um animal, é mais bem conduzido aos interesses de seu senhor, tal qual o corpo deve ser guiado pela alma; estar sob o domínio de um indivíduo apto ao comando é melhor, pois lhe é fornecida segurança, como acontece também para os animais (1254b), bem como preserva os indivíduos que em condições naturais seriam extintos. Aristóteles descreve o escravo enquanto “parte” relativa ao senhor, sendo a relação entre ambos a conjunção de interesses mútuos, isto é, interesses postos primordialmente pelo senhor, haja vista a determinação da própria natureza:

[...] e que é justo e inevitável que para um dos lados ser governado e para o outro governar segundo a sua própria natureza, ou seja, exercendo o comando[...] há uma certa comunidade de interesses e amizade entre o escravo e o senhor quando eles são qualificados pela natureza para as respectivas posições[...]. (*Pol*, I, 1255b)

O papel do escravo no âmbito doméstico é a realização dos serviços essenciais à manutenção do lar, trabalhando na agricultura, no pastoreio de gado e na realização de serviços da casa. Em suma, o escravo como um “bem” de ação deverá possibilitar uma boa vida ao *oikos* (1254a). Neste sentido, a relação entre senhor e escravo é apresentada em vários textos da antiguidade grega, demonstrando a maneira como a estrutura social das cidades, na antiguidade, dependia da escravidão como fonte primária para a execução dos diversos tipos de trabalhos, conforme irá ser apresentado a seguir. No caso da literatura grega, na obra *Odisseia*, de Homero, é exposto o vínculo de fidelidade e honra, além da conjunção de interesses entre o senhor e o escravo na narrativa de retorno do Herói, Odisseu, a seu reino Ítaca. Na ocasião do canto XX, o herói está disfarçado como um mendigo enquanto retorna para seu palácio, e encontra-se com Filétio e Eumeu, fiéis servos de sua casa. Neste momento, ambos os servos expressam honras e lealdade ao lembrar o justo senhor Odisseu que até o momento era tido como desaparecido, por ter lutado na guerra de Tróia. Como pode ser lido no excerto abaixo:

Salve, ó pai estrangeiro! Que no futuro a ventura venha ao teu encontro, apesar de agora muito sofreres. Zeus pai, nenhum deus é mais destrutivo que tu. Não sentes compaixão dos homens, apesar de os teres criado: envolves-nos na miséria e nos sofrimentos dolorosos. Comecei a suar assim que ti vi, e encheram-se-me os olhos de lágrimas, recordado de Odisseu: pois também ele, penso, estará vestido com tais farrapos, vagabundo entre os homens, se é que vive e contempla a luz do Sol. Mas se morreu e está já na mansão de Hades, ai de ti, ó irrepreensível Odisseu, que me mandaste tomar conta dos bois, ainda rapaz, na terra dos Cefalénios (Homero, *Odisseia*, Canto XX, vv. 200-210)

Conforme o historiador Moses Finley, a escravidão é descrita como atividade essencial para a formação da sociedade grega, de modo que não haveria ocupação alguma que não fosse desempenhada por escravos.<sup>2</sup>

De modo geral, o escravo propriamente dito era figura decisiva (com virtual exclusão das outras) nas comunidades econômica e politicamente avançadas [...]. Com raras exceções, não havia atividade, lucrativa ou não lucrativa, pública ou privada, agradável ou desagradável que não fosse executada por escravos em algum momento ou em algum lugar do mundo grego. (FINLEY, 2013, p. 111)

Compreende-se a importância da escravidão na construção da sociedade grega, de modo que sua ela está desde a relação senhor e escravo no âmbito doméstico, conforme

---

<sup>2</sup> Em sua obra *Escravidão antiga e ideologia moderna*, Finley aponta a dimensão da escravidão nas cidades gregas, de que modo que “os escravos predominavam, e quase monopolizavam, a produção em larga escala no campo e na cidade” (Finley, 1991, p. 84)

Aristóteles, até nas demais atividades como a agricultura e a mineração. O filósofo destaca uma diferenciação entre a parte que comanda e a comandada, como inerente à realização da própria natureza.

Passemos agora para uma breve exposição acerca da relação conjugal. Primeiramente, o filósofo descreve a relação entre o macho e a fêmea com o fim da perpetuação da espécie humana (1252b). Além disto, a natureza torna o macho mais apto que a fêmea ao comando, de maneira a destacar os indivíduos em funções diferentes nas comunidades (1259b). O papel da mulher no lar, segundo um texto apócrifo atribuído a Xenofonte, um dos mais influentes discípulos de Aristóteles, retrata claramente os princípios pressupostos por seu mestre quanto aos deveres femininos no auxílio ao esposo na gerência da comunidade:

É conveniente que uma boa esposa seja senhora do que se passa dentro de sua casa e tome conta de tudo, segundo as regras que estabelecemos [...] O que dentro da casa sucede, apenas a ela compete e, se de fora algum mal sobrevém, ao marido apenas cabe a responsabilidade (2011, p. 55)

Segundo Francis Wolff (1995), a autoridade do esposo exercido sobre a esposa é análoga à autoridade política, mas não transitória como na política no sentido estrito, haja vista a “precedência” natural do macho sobre a fêmea. Quanto à relação entre pai e filhos, isto é, a relação paternal, Aristóteles descreve que a velhice torna o senhor mais apto a comandar a criança e os jovens (1260a). Logo, a autoridade do senhor e seu papel perante a casa é resumido, segundo Wolff, em três tipos, a marital, a despótica e a paterna.

A formação comunitária ressaltada na relação tripartite do senhor com os indivíduos provém de uma sucessão natural para os fins estabelecidos da comunidade, fins estes que, segundo o filósofo, são o “bem principal”: a autossuficiência (*autarkeia*), ilustrada na imagem da cidade, *polis*, como o nível de realização natural mais alto que assegura a “boa vida”, e possibilita o pleno desenvolvimento do homem, na sabedoria e na virtude. Conforme o passo 1253a, a *pólis* é o fim último e é naturalmente anterior ao homem:

É claro, portanto, que a *pólis* também é anterior, por natureza, ao indivíduo; se cada indivíduo, quando separado, não é autossuficiente, estará relacionado com a *pólis* assim como as partes estão com o todo, enquanto um homem incapaz de entrar em comunidade, ou que é tão suficiente que não tem necessidade de fazê-lo, não faz parte de uma *pólis*, como um animal selvagem ou um deus. (*Pol.* I, 1253a 25)

### **3. A ciência do lar e a arte de aquisição**

Conforme referenciado pelo filósofo, o lar é um elemento essencial na formação da *polis* e demais comunidades e, deste modo, Aristóteles, no livro I da *Política*, conceberá uma “ciência” específica para o bom gerenciamento do *oikos*, ou seja, a economia. Responsável pela administração doméstica dos bens, o gerenciamento dos recursos e posses delimitadas às

necessidades da família, a constituição da economia é a circunscrição de uma ciência delimitada aos cuidados relativos às posses comuns da família, ou seja, aos cuidados domésticos como a lavoura, o trato com os animais do pasto, o trabalho dos servos da casa e em outras propriedades agregadas ao lar. No livro 1 de *Ethica Nicomachea*, apresentando as finalidades de diferentes ciências (medicina – saúde; construção de navios – náutica; estratégia militar – vitória) em relação à ciência superior, sendo a Política (*politiké*), o filósofo apresenta que o fim último da economia doméstica (*oikonomikés*) é a riqueza. No entanto, a riqueza não trata do acúmulo individual de bens, mas consiste na disposição necessária de bens para o bem viver da comunidade doméstica, conforme será apresentado em detalhes adiante.

O conceito de economia (*oikonomia*) é proveniente da palavra *oikos* que significa casa, e *nomos*, cujo significado concerne à organização, lei, ordem. Portanto, na origem do conceito economia é expresso o vínculo às atividades de manutenção do bem comum familiar, agregado ao bem-estar dos indivíduos expostos na relação tripartite do senhor com os membros da família. Conforme Meinvielle (2020) comenta sobre Aristóteles na visão de Tomás de Aquino, o filósofo grego faz da “economia = ciência de governar a casa uma ciência estritamente moral e prudente” por seu fim último ser o bem viver da comunidade doméstica. Historicamente, Aristóteles não foi o primeiro autor a expor as relações da economia doméstica em seu tempo; além de Homero na Odisseia, Hesíodo, em sua célebre obra *Os Trabalhos e os Dias* também descreve conselhos práticos relativos à vida doméstica, ao trabalho rural, às relações entre os indivíduos membros da casa e o sustento da família, conforme pode ser lido no excerto abaixo:

Pois um homem sente falta de trabalho ao olhar para outro que, rico, apressa-se a arar, plantar e administrar bem sua casa, e um vizinho procura igualar o outro que se apressa em alcançar a fartura. Essa Luta é boa para os mortais. (20)

Segundo a historiadora Maria Beatriz B. Florenzano, a figura da casa enquanto uma comunidade primária exerce um papel fundamental na história da civilização grega, isto é, desde a epopéia homérica (p. 14), as obras de Hesíodo e a análise Aristotélica, pode-se dizer que a economia em sua origem será fundamental para a constituição de comunidades familiares e políticas autônomas:

A existência e o funcionamento do *Oikos* aristocrático pressupõe um ideal caro à civilização grega: a autarquia econômica. Com efeito, cada *oikos* procurava bastar-se a si próprio em tudo o que fosse necessário. Nele desenvolviam-se vários tipos de atividades: o pastoreio, a agricultura cerealífera, a produção de óleo e vinho, a horticultura, a fiação e a tecelagem. (FLORENZANO, 1984, p. 21)

A noção de economia apresentada no livro I da *Política* surgirá a partir da análise de Aristóteles sobre o uso de instrumentos próprios da ciência doméstica, isto é, o uso de escravos e demais instrumentos (1253b-a); enquanto a partir de 1256b, o filósofo detém-se na análise da “arte de aquisição”, a Crematística (*Khrematistiké*) e a economia, ciência do lar. Conforme exposto pelo estagirita, ambos os conceitos são erroneamente referidos como uma única ciência, responsável pela aquisição de bens e o acúmulo financeiro desregrado. No entanto, a crematística em sua forma natural é submetida à economia, de maneira que seja responsável pelo fornecimento dos bens necessários à vida da casa, conforme assinala:

Há portanto, uma espécie de arte de aquisição que é por natureza uma parte da economia doméstica, uma vez que esta deve ter disponíveis, ou proporcionar ela mesma, as coisas passíveis de acumulação necessárias à vida e úteis à comunidade composta pela família ou pela cidade. (*Pol*, I, 1256b)

Portanto, enquanto a economia visa o “uso” dos bens para o bem-viver do lar, a crematística, arte subordinada à primeira, têm por finalidade a aquisição e abastecimento do lar. No início do capítulo IV, Aristóteles exemplifica como se dá na prática a arte de enriquecer; isto é, como o conhecimento especializado de diferentes práticas extrativistas (pecuária, agricultura, pesca, apicultura) é essencial para a boa aquisição ou extração nos momentos oportunos e vantajosos. Veja-se no excerto abaixo:

Na prática, os remos úteis da arte de enriquecer são, primeiro, um conhecimento especializado daquilo que se possui, do que é mais vantajoso, e onde e em que condições a vantagem é maior (por exemplo, as diversas raças de cavalos, bois, carneiros e outros animais – é necessário ser perito a respeito da vantagem e uns comparados com outros, da maior vantagem das várias raças nas diversas regiões, pois algumas se dão melhor em certas regiões e outras em regiões diferentes); em segundo lugar, o conhecimento da agricultura, e este se subdivide em preparar a terra e plantar; também a apicultura, a pesca e a avicultura podem ser úteis. (*Pol*, I, 1258b)

O conhecimento prático da crematística deve ser submetido às necessidades do lar, pois, o não regramento e delimitação da prática incidem na corrupção da função da arte de enriquecer, subvertendo a economia, tornando a arte de aquisição viciosa e contrária à natureza do homem (1258a). Um ponto importante para a compreensão da economia doméstica na filosofia de Aristóteles é o conceito de finitude. Aristóteles impõe que a limitação na aquisição de bens constitui a verdadeira riqueza (1257a), afinal, a vida enquanto finita deverá dispor de instrumentos finitos, justos à vida da comunidade. Desta forma, a aquisição natural, também referenciada como a crematística do ramo doméstico, é delimitada às necessidades da casa e das comunidades, assim, não é manifesta como uma espécie de aquisição individual em que somente o senhor ou outro membro desfrutará dos bens, mas é

comum a toda a família. Neste caso, Aristóteles aponta como exemplo da aquisição natural a permuta que, segundo o filósofo, sempre existiu para o abastecimento da comunidade.

[...] a permuta pode estender-se a todos eles (todos os bens), e em sua origem ela é natural, porque certas coisas que os homens têm de mais, e outras de menos [...] pois a arte de aquisição era necessária somente para satisfazer as necessidades próprias do homem. (*Pol. I*, 1257a)

Dessa forma, compreender a arte de aquisição como prática submissa a economia que visa o abastecimento da comunidade, é essencial para a compreensão da origem do dinheiro, que surge como meio para solucionar o processo de permuta, atendendo às necessidades das comunidades nos complexos processos de troca, na comensurabilidade de bens e serviços, bem como, a ampliação e subversão da noção de riqueza.

#### **4. A origem da moeda e sua subversão**

A origem da moeda relaciona-se com o avanço nas trocas entre comunidades, ocasionando o surgimento de atividades comerciais de grande escala, conforme apontado por Aristóteles (1257b). Com a prática da permuta dos bens necessários à vida, isto é, com a exportação do excedente de produção e a importação dos produtos necessários, o uso da moeda é inserido nas transações como uma invenção que facilitaria o processo cambial, pois nem todos os objetos necessários à vida são facilmente transportáveis. No livro V de *Ethica Nicomachea*, o filósofo analisa a origem da moeda enquanto um objeto intermediário que possibilite a equivalência de bens nas transações comerciais.

A consequência é todas as coisas permutadas necessitarem ser, de alguma forma, comensuráveis. A introdução do dinheiro ocorreu com o objetivo de atender a essa exigência; sendo uma medida de todas as coisas, de certa forma o dinheiro se converteu em um elemento intermediário que inclusive, medida de excesso e da deficiência das coisas, o que vale dizer quantos calçados são iguais a uma casa ou a uma determinada quantidade de alimento. A quantidade de calçados que serve de permuta para uma casa (ou alimento). (*EN. V*, 1133a)

Imposta pela necessidade, a moeda será introduzida como um intermediário nas transações de bens entre as comunidades, e receberá o nome de *Nomisma*, relacionado à (*nomós*), indicando regulamentação do homem (*EN. V*, 1133a); convencionada entre as comunidades, a moeda é a representação artificial dos bens transacionados, constituída por substâncias fáceis de serem transportadas (ferro e prata), estipulados pelo tamanho, peso e formato, e contendo em si um sinal que referencie seu valor (*Pol. I*, 1257b).

A convenção monetária apontada pelo filósofo é fruto da necessidade dos homens para a subsistência das comunidades. Diferentemente da primeira forma de aquisição de bens através da troca direta, a moeda torna-se um intermediário, facilitando a satisfação das

necessidades primárias por ser comensurável. Aristóteles aponta que o surgimento do dinheiro possibilita a igualdade e a reciprocidade nas relações comerciais: como medida única, a moeda viabiliza a equivalência na transação dos mais diferentes bens. Ademais, ao estabelecer equivalência e a intermediação, a moeda possibilita a prática de ações justas. Desta forma, a virtude, conforme o filósofo aponta, ocupa uma posição intermediária entre os extremos de ação, o excesso e a deficiência (1133b).

O dinheiro, então, atua como uma medida que transmite comensurabilidade aos produtos comercializados, igualando-os. De fato a inexistência do comércio determinaria aquela da associação, enquanto o primeiro não existiria na ausência de igualdade e esta igualdade sem comensurabilidade. (*EN. V*, 1133b)

Conforme o historiador da filosofia D. S. Hutchinson afirma: “O dinheiro é um representante convencional da demanda que torna possível que qualquer mercadoria seja trocada por qualquer outra em proporções que dependem da demanda relativa por elas.” (2009, p. 286). Mesmo sendo de caráter artificial, a convenção da moeda não estará distante da aquisição natural, visto que o estabelecimento de sua função primária é o auxílio na provisão dos bens necessários à comunidade. Conforme destaca Delfim F. Leão (2011):

[...] a moeda, enquanto convenção aceita por ambas as partes, assume o papel de intermediário e permite trocar um produto por moeda (venda) e trocar moeda por outro produto (compra). Em consequência, não está muito distante da troca direta, ao servir também o objetivo de suprir as necessidades naturais. (Leão, 2011, p.13)

Neste ponto, o surgimento da moeda incorrerá em um problema quanto à sua definição e participação na arte de aquisição, de modo que o enriquecimento provido não será relacionado com a abundância de bens naturais, como alimentos, ferramentas e demais propriedades; a moeda como um símbolo possuidor de valor convencional pelos homens será posta como um dispositivo agregador de riqueza, isto é, possuí-la em grande quantidade representará uma outra espécie de riqueza, viciosa e antinatural, distante dos termos naturais apontados por Aristóteles. Retornando à problemática da distinção da crematística, é possível inferir um duplo aspecto da arte de aquisição, conforme exposto anteriormente, no capítulo III da *Política*. Lá, o filósofo aponta o primeiro tipo de crematística como a doméstica submetida à casa, enquanto em 1257b, é apresentado o segundo tipo de crematística que se desdobra por meio das transações comerciais e o dinheiro:

Assim, com a invenção da moeda, em decorrência do indispensável intercâmbio de produtos, passou a existir outra forma de arte de enriquecer: o comércio, que a princípio apareceu como uma instituição simples, mas posteriormente se tornou muito mais complexa, à proporção que a experiência revelava fontes e métodos de permuta capazes de proporcionar maiores lucros. (*Pol. I*, 1257b)

O segundo tipo de crematística é contrário à aquisição natural, pois enquanto a crematística doméstica tem por finalidade o abastecimento de bens comuns necessários ao *oikos*, a crematística de meio comercial está vinculada necessariamente às transações comerciais sem lastro ao bem da comunidade. Sendo o dinheiro princípio e limite das transações comerciais, há uma subversão quanto à finalidade originária da moeda, o avanço das transações comerciais mediadas pelo dinheiro possibilitou uma sofisticação maior ao seu uso, e uma ressignificação quanto ao conceito de riqueza.

Em 1256b e 1257a da *Política*, Aristóteles esclarece que o significado da verdadeira riqueza é a disposição de bens necessários a uma vida agradável em comunidade (1257a), entretanto, com o refinamento e a complexidade dos processos comerciais, o conceito de riqueza torna-se representado pelo acúmulo desregrado de bens, mas, principalmente, o dinheiro. Aristóteles aponta que as condições para o “bem viver” (*eudaimonia*) estão atreladas ao proveito da verdadeira riqueza delimitada pelas condições naturais da humanidade: a vida humana possuindo um fim (*telos*), restrito às limitações de um corpo perecível e às intempéries do tempo e condições externas, será bem vivida quando desfrutar de objetos e ciências possuidoras de um fim estabelecido. Logo, o usufruto da boa riqueza possui um limite, assim como nas demais artes, como na medicina, em que seu fim último é a saúde.

A má crematística subverte o uso e a função da moeda, tornando indivíduos viciosos dependentes de sua prática na ânsia da aquisição de riqueza. Conforme Eduardo Giannetti (2003) aborda, o axioma aristotélico é a concepção de que uma vida voltada à aquisição desregrada de dinheiro e posses é uma vida viciosa, e sujeita à compulsão. De natureza artificial e convencionada, Aristóteles afirma que o dinheiro pode ser substituído e perder seu valor, e mesmo se possuí-lo em grande quantidade, o homem ainda poderá perecer em suas necessidades básicas. A exemplo do personagem Midas, que segundo a lenda, pereceu por transformar tudo o que tocasse em ouro (1257b).

Mas outras vezes, pensa-se o contrário, que o dinheiro é uma ilusão, e nada natural senão uma convenção, porque quando aqueles que o usam mudam a moeda, não vale mais nada e não é útil para nenhuma das necessidades da vida; um homem rico em dinheiro poderia se encontrar muitas vezes em dificuldade para satisfazer suas necessidades básicas de subsistência. (*Pol. I*, 1257b 5 10)

Em suma, as raízes para a prática da má crematística são apontadas na deturpação entre o “viver” e o “bem viver”. A subversão do dinheiro e a corrupção do indivíduo (*acrasia*) estão em “interesses voltados para a ânsia de viver, mas não com o bem viver; e como se o desejo de viver é ilimitado, também desejam ilimitados meios de satisfação” (*Pol. I*, 1257b - 1258a). Os meios para a satisfação dos prazeres excessivos são diversos, e podem deturpar a

finalidade dos objetos e ciências, como no caso da crematística, que se torna um meio de satisfação, cujo objeto é superficial e ilusório, afetando não somente o indivíduo que faz uso dela, mas também toda a comunidade.

## 5. Juros e Monopólio

Em consequência à evolução do comércio e ao desenvolvimento da má crematística, Aristóteles aponta que o ápice da corrupção do dinheiro é quando o objetivo da transação não é a simples aquisição de bens necessários à comunidade, mas o incremento de posses e dinheiro alçados na geração irregular de dinheiro por dinheiro. O filósofo irá chamar esta prática oriunda da má crematística de usura, sendo quando o comércio praticado provém lucros a partir de juros, efeito da geração de dinheiro por dinheiro (*tokos*<sup>3</sup>), “Sendo assim, a usura é detestada com muita razão, pois seu ganho vem do próprio dinheiro e não daquilo que levou a sua invenção.” (1258b). Conforme Antunes (2015) afirma:

O misterioso do juro reside no fato de que ele se diferencia da substância que lhe dá origem apenas quantitativamente. Do ponto de vista qualitativo não há nenhuma diferença entre a fonte e o fruto. O próprio fruto pode, ainda, misturar-se com a substância original, parindo novos frutos. O juro, ainda, ao contrário dos frutos extraídos da terra pelo esforço humano do trabalho, nasce e renasce sem parar sem nenhum esforço produtivo de seu proprietário. (Antunes, 2015, p.96)

A presença do elemento juros é comumente associada a uma má gestão econômica e às dívidas pessoais. Neste caso, uma das representações teatrais mais claras está presente na comédia Ática Grega, na peça *As Nuvens*, de Aristófanes. Nessa peça, Estrepsíades é um velho agricultor que faz altos empréstimos para a aquisição de cavalos. Afeito aos luxos de seu filho Fidípides, os animais servem para o deleite do jovem em corridas de cavalos. Com tantos empréstimos, Estrepsíades vê-se envolto em uma situação inconveniente para com seus credores, afinal, o velho agricultor não consegue pagar suas dívidas, e os juros relativos às somas emprestadas vão se amontoando de tal maneira que o velho vê como única possibilidade de sanar suas dívidas burlar seus credores através de filho, recorrendo à Sócrates, de modo que o jovem aprenderá o discurso injusto, e vencerá seus credores no tribunal.

Deste modo, a usura era condenada por Aristóteles em virtude de seu alto grau de corrupção da finalidade do dinheiro. Como maneira de representar a virtude no trato

---

<sup>3</sup> Aristóteles explicará como em uma relação descendente, o dinheiro surgirá a partir do dinheiro, incrementando em seu valor, de maneira ilimitada e irracional “a prole se assemelha aos progenitores, e os juros são dinheiro nascido de dinheiro” (*Pol. I*, 1258b)

financeiro, o empréstimo sem a cobrança de juros era uma prática valorizada na relação de amizade entre os indivíduos. Conforme Moses Finley analisa:

A disposição de emprestar era colocada entre as maiores virtudes cívicas e sociais estava perfeitamente de acordo com o pensamento peripatético se um homem é amigo ele não empresta, ele dá. Teofrasto, discípulo e sucessor de Aristóteles, refletia a mesma noção quando descrevia um fanfarrão como alguém que soma em seu ábaco o total fantástico de dez talentos (setenta mil dracmas) em *eranoi* pagos. (FINLEY, 2013, p. 76)

Na peça de Aristófanes, está clara a desestruturação familiar em virtude de dívidas pessoais: o deleite vicioso de Fidípides pela corrida de cavalos faz o seu velho pai endividar-se de modo a desestabilizar a relação paternal. Ao cabo da obra, Fidípides volta-se contra seu pai, e o velho agricultor, no apogeu de sua revolta, atea fogo contra a casa de Sócrates, o mestre sofista. Após sofrer as duras penas da revolta de seu filho, Estrepsíades confessa: “Ai de mim! É ruim mas é justo, pois eu não devia deixar de pagar o dinheiro que pedi emprestado.!” (p. 97)

Como desdobramento das complexas relações comerciais, Aristóteles aponta o surgimento do monopólio como resultante da arte de enriquecimento. Dentre as diversas formas de aquisição de bens apresentadas no capítulo IV (1259a) de *Política*, Aristóteles apresenta como exemplo do uso inteligente dos meios para a multiplicação de dinheiro em benefício próprio a história de Tales de Mileto. Segundo Aristóteles, Tales era conhecido por vasto conhecimento filosófico, mas associado à sua pobreza como um conhecimento sem utilidade. Com perspicácia e conhecimento de astronomia, Tales, com uma determinada quantia de dinheiro arrenda vários lagares nas cidades de Quios<sup>4</sup> e Mileto, e em momento oportuno, próximo a época da colheita de azeitona, muitos indivíduos se interessaram em realizar a prensa da oliva em seus lagares arrendados. Pode-se conceber que o monopólio de Tales quanto ao seu arrendamento é fruto de sua estratégia para aquisição de dinheiro: o filósofo utiliza de seus conhecimentos em astronomia e meteorologia para prever a colheita de oliva antes de todos.

Observa-se que em tais condições do arrendamento de Tales, os indivíduos são forçados a utilizarem somente de seus lagares nas localidades de Quios e Mileto. Considerado como uma prática predatória, Aristóteles apresenta que no caso de Tales, sua habilidade para monopolizar provém da sabedoria em aproveitar as oportunidades para os negócios, mas em outro caso apontado pelo filósofo, o monopólio individual era prejudicial aos interesses do

---

<sup>4</sup> “O arrendamento dos lagares das cidades foi feito em épocas distantes das colheitas, Tales, aproveitando da volatilidade do valor de aluguel e a falta de concorrência, pode arrendar todas as propriedades disponíveis” (1259a).

estadista<sup>5</sup>. Neste caso, o monopólio também serve aos estadistas como um meio de controle comercial, conforme Aristóteles aponta:

[...] o expediente de aproveitar uma oportunidade para assegurar um monopólio é generalizado no mundo dos negócios. Tanto é assim que até algumas cidades recorreram a tal prática como um meio de obter recursos quando estes escasseiam, instituindo um monopólio na venda de certos produtos [...] O conhecimento de tais expedientes é útil também aos estadistas, pois muitas vezes estes necessitam de recursos financeiros e de meios de obtê-los como descritos aqui, da mesma forma que as famílias, mas em escala maior. (*Pol*, I, 1259a)

## 6. Atualidade

A crescente popularidade das plataformas de apostas online tem gerado preocupações quanto ao aumento dos índices de endividamento da população consumidora. Uma recente matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense apresentou que mais de 60% dos usuários de plataformas de apostas, conhecidas como “bets” (e a famosa plataforma do “tigrinho”) comprometeram seu orçamento doméstico com o endividamento pessoal na ambição pelo “dinheiro fácil”. Como causa para tamanho endividamento dos indivíduos tem-se o fácil acesso às plataformas de apostas e a constante oferta de bônus e promoções difundidas pelas mais diversas redes sociais. A promessa pelo retorno “dobrado” do dinheiro investido cativa o público jovem, em suma maioria, seduzido pelos ganhos rápidos e a adrenalina da aposta. Como consequência das “rodadas” de apostas, o instituto de pesquisa locomotiva apresenta dados que demonstram que metades dos apostadores são jovens de idades entre 19 e 29 anos<sup>6</sup>.

O vício em aposta e o endividamento pessoal não são fenômenos desconhecidos: podem ser observados sob a ótica de diversas obras da literatura universal, como no caso da já citada comédia *As Nuvens* de Aristófanes, como também na obra *O Jogador* (1866), de Fiódor Dostoiévski (1821 - 1881). Em sua obra, Dostoiévski descreve o personagem Alexei Ivanovitch como um indivíduo dominado pelo vício em aposta. A narrativa de Dostoiévski transcreve claramente o espiral destrutivo do homem viciado nos jogos de azar, em que no lugar de suas necessidades básicas, o “apostador” delibera por arriscar o pouco que possui.

---

<sup>5</sup>“ Houve alguém na Sicília que usou uma importância em dinheiro que era depositário para comprar todo o ferro nas fundições locais; depois, quando os distribuidores vieram dos centros consumidores, ele era o único vendedor, e embora não elevasse demasiadamente o preço obteve um lucro de cem talentos com o investimento de cinquenta. Quando Dionisios teve conhecimento da operação, ordenou ao homem que ficasse com seu dinheiro mas saísse imediatamente de Siracusa, pois ele estava inventando modalidades de lucro nocivas aos interesses do próprio tirano.” (1259a)

<sup>6</sup> “Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva mostra que quase metade (46%) dos apostadores das chamadas *bets* (apostas esportivas on-line) é formada por jovens entre 19 e 29 anos.” Disponível em: <https://icleconomia.com.br/bets-jovens-pobres-endividados> Acesso em: 12 out. 2024

O desejo de viver ilimitadamente expresso pelo ganho dobrado, e a possibilidade de mudança de vida através das rodadas de apostas trouxe prejuízos não só econômicos à juventude, mas também danos à saúde mental. Analisando o atual problema do vício em apostas pela ótica de Aristóteles, é evidente a desconexão dos indivíduos com uma vida virtuosa, de modo que estes indivíduos estejam afastados de suas potencialidades, consequentemente distantes do bem viver e a felicidade.

A riqueza não mais é expressa pelo bom uso de bens, delimitados a uma comunidade, onde os indivíduos partilham do bem comum. Em nossos dias, não há mais distinção entre o gerenciamento doméstico, a má crematística, a prática predatória do monopólio e o endividamento pessoal.

Na direção de trazer a análise de Aristóteles para o mundo contemporâneo, o economista prêmio Nobel Amartya Sen (1933), em sua obra *Sobre ética e economia* (1999) apresenta uma dicotomia na história do pensamento econômico universal, em que em sua origem aristotélica a economia é estritamente atrelada à ética, mas, no decorrer do tempo, surge a interpretação da economia como engenharia. Segundo o economista:

O Estudo da economia, embora relacionado imediatamente à busca da riqueza, em um nível mais profundo está ligado a outros estudos, abrangendo a avaliação e intensificação de objetivos mais básicos [...] A Economia, em última análise, relaciona-se ao estudo da ética e da política, e esse ponto de vista é elaborado na *Política* de Aristóteles. (Sen, 1999, p. 19)

Nos dias atuais, pensa-se a economia como uma ciência que lida com os mercados financeiros, bancos e projetos políticos, entretanto, conforme Sen apresenta, a origem da economia procura profundamente a resolução ética de “Como devemos viver?” (p. 19). A segunda questão proposta pelo pensador refere a economia com o axioma aristotélico sobre o bem-viver na realização social:

Essa “concepção da realização social relacionada à ética” não pode deter a avaliação em algum ponto arbitrário como “satisfazer a eficiência”. A avaliação tem de ser mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do bem. (Sen, 1999, p. 20)

Portanto, ao refletirmos sobre a economia a partir da perspectiva de Aristóteles, como um ciência orgânica voltada para o bom regimento da comunidade doméstica, fundamentada em noções éticas e ao desenvolvimento das capacidades humanas, percebe-se que o crescente problema relacionado ao vício em plataformas de apostas entre os jovens, (grande parte alunos do ensino básico) não pode ter uma resolução a partir de princípios técnicos. Faz-se necessário reconectar a economia dos dias atuais à sua raiz ética, alçada no bem-estar do homem, avaliando as consequências sociais e políticas dos comportamentos econômicos.

Com o objetivo de alcançar a plenitude moral do homem, as análises aristotélicas possibilitam a reflexão acerca da boa economia nos dias atuais e, além disto, abre possibilidade para uma abordagem integral sobre a educação financeira a partir dos pressupostos filosóficos do estagirita.

Como um dos principais públicos afetados pelo vício em apostas online, a juventude torna-se público-alvo dos danos provenientes desse comportamento vicioso. A filosofia de Aristóteles, com a visão alçada na plenitude do homem integrando à ética, à economia e à política, tem-se como objeto de estudo fértil para a transmissão destes valores filosóficos no ensino básico, alçando a construção de uma juventude com noção da verdadeira origem econômica, mas também o verdadeiro bem-viver, em que o desenvolvimento das capacidades humanas e a realização social sejam os objetivos centrais.

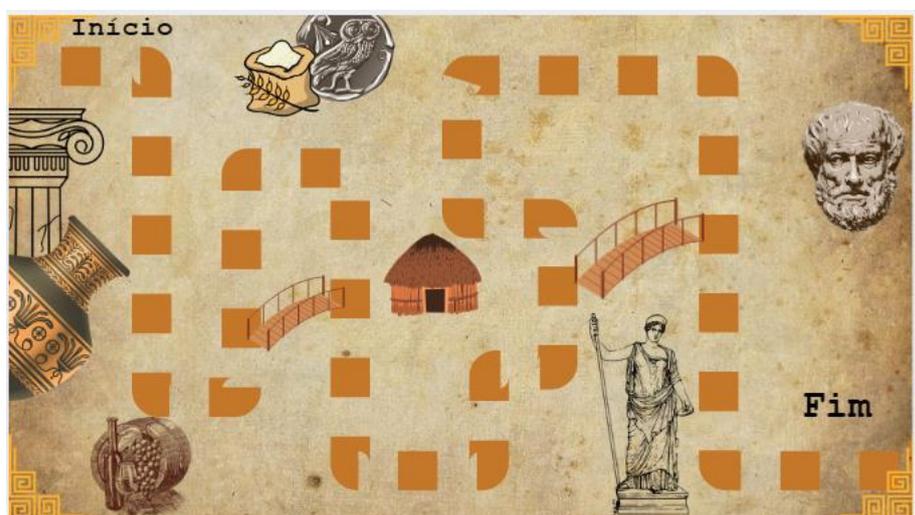
## **7. Proposta didática “Jogo do *Oikos*”**

Mediante a atual problemática acerca do endividamento pessoal e o vício em casas de apostas, como uma proposta de intervenção filosófica em sala de aula, o presente trabalho visa a aplicação prática dos conhecimentos sobre a filosofia de Aristóteles, por meio da proposta de jogo de tabuleiro “Jogo do *Oikos*” (ou “Jogo do lar”), que tem como objetivos principais ensinar sobre a economia aristotélica e refletir criticamente acerca da economia doméstica no cotidiano dos alunos.

O Jogo do *Oikos* é constituído de maneira que os jogadores aprendam de forma imersiva e prática sobre conceitos aristotélicos ensinados em sala de aula, tendo como enfoque a abordagem de conceitos como: definição da economia, crematística, a origem da moeda, a virtude nas trocas comerciais, bem como a subversão da economia, a corrupção do dinheiro e o surgimento do juro, e também de assuntos cotidianos, como o vício em apostas e a bom regramento da economia doméstica. Busca-se, por meio do jogo, o estímulo pelo interesse filosófico mediante os debates atuais a respeito da maneira como a economia é abordada no cotidiano dos alunos, suscitando discussões saudáveis e a reflexão crítica acerca da subversão dos meios de aquisição, o vício em jogos de apostas, o endividamento financeiro e a usura.

Preliminarmente à aplicação do jogo, serão apresentadas em sala aula temas referentes à filosofia de Aristóteles, de modo que as aulas nas semanas anteriores terão enfoque na apresentação sobre o surgimento da economia em Aristóteles, o conceito de crematística, a origem do dinheiro e sua subversão a partir da leitura dos primeiros cinco capítulos do livro I

de *Política*, bem como o livro I do capítulo I, e o livro V do capítulo V de *Ethica Nicomachea*. Desta forma, as semanas anteriores visam a preparação dos alunos para o entendimento dos conceitos centrais à economia de Aristóteles, possibilitando um melhor aproveitamento dos alunos na participação e aplicação do jogo, e por fim, a reflexão crítica acerca da economia de seus cotidianos.



**Figura 1 – Esboço primário do tabuleiro.**

## **8. Mecânica de jogo.**

O jogo inicia com personagens neutros, que ainda estão aprendendo sobre a economia e querem, através de sua sabedoria, bem viverem. Dessa forma, eles devem trilhar o caminho, representado pela trilha pontilhada, a fim de alcançarem o bem viver e a felicidade em comunidade. Ao trilharem o caminho, os personagens devem responder perguntas sobre a economia, a partir de *Política* e *Ethica Nicomachea* e, desta forma, os jogadores vão ganhando “moedas” e podem, no fim, chegar à plenitude do Bem-viver. Entretanto, caso respondam incorretamente as perguntas, eles vão perdendo moedas e se afastando cada vez mais do bem-viver.

Ao longo do percurso, os jogadores poderão trocar moedas por benefícios que os auxiliem em sua jornada, além de adquirir "bens" figurativos, como casas, fazendas, animais (cavalos, cabras, bois) e ferramentas. O jogo é conduzido por um mestre, que faz as perguntas aos jogadores, rola os dados para determinar o avanço nas casas e garante o bom andamento do jogo, verificando se as regras estão sendo seguidas e prevenindo possíveis "trapaças".

<sup>7</sup> O esboço primário do tabuleiro foi criado manualmente por meio de um software de edição de imagens, sem o uso de inteligência artificial, de modo a permitir modificações futuras.

Dessa forma, cada jogador representa um desses personagens e precisa, com base em seus conhecimentos, responder corretamente às perguntas sobre a economia em Aristóteles, conforme apresentado nas semanas anteriores em sala de aula, para ir prosseguindo no jogo de forma excelente e alcançar a última casa do tabuleiro que representa o bem viver. Apesar de não jogar, o mestre é aquele que garante o bom funcionamento do jogo verificando as regras e as respostas das perguntas, concedendo as moedas (ou bens) ou as punições, caso haja respostas incorretas (perda das moedas, de bens, e “endividamento”).

No jogo, as moedas possuirão diferentes representações visuais, com seus respectivos valores<sup>8</sup>. A distribuição das moedas funciona de modo que em todas as respostas corretas, os jogadores ganharam moedas de valores relativos à “dificuldade” da pergunta ou situação-problema. Como ilustrado na figura 2, está a representação da moeda de valor mais baixo, sendo 1 crédito.



**Figura 2 – Moeda de valor “1 crédito”.**

A figura 3 representa a moeda de valor intermediário, sendo “5 créditos.”



<sup>8</sup> A imagem das moedas foi criada com o uso de inteligência artificial.

### Figura 3 – Moeda de valor “5 créditos”

Por fim, a figura 4 representa a última moeda, sendo de maior valor “10 créditos”



Figura 4 – Moeda de valor “10 créditos”.

O tabuleiro possui casas que os personagens podem percorrer, mas conta com algumas “surpresas” que podem ajudar os jogadores a chegarem no objetivo final: o bem-viver. Entre essas surpresas existem as pontes de travessia, que permitem aos jogadores saltarem longas casas caso respondam corretamente uma pergunta com um nível de dificuldade maior, sendo a recompensa em moedas ou bens proporcionais à dificuldade da pergunta.

Durante o jogo, os jogadores irão se deparar com cartas de Perguntas/Situações-Problemas, que podem oferecer recompensas importantes, como moedas, bens, ou até mesmo a perda de bens do personagem. Essas cartas estão posicionadas em casas específicas no tabuleiro, acessíveis a todos os jogadores, dependendo do avanço de cada um. As cartas se dividem em dois tipos: perguntas diretas sobre a economia aristotélica ou situações-problema, cujas respostas estão relacionadas à virtude e à economia, conforme os conceitos discutidos em sala de aula.

Assim, os jogadores rolam 1 dado de 6 lados e avançam de acordo com o resultado, caindo em alguma das casas que contenham uma questão. O mestre então tira uma carta daquele baralho que pode ser ou uma pergunta, ou alguma situação-problema e fala para o jogador. Caso ele acerte, receberá as recompensas que já são pré-definidas naquela carta. Caso responda incorretamente, receberá as punições também já contidas naquela carta. As punições são as perdas de bens, ou a corrupção do personagem, como por exemplo, um personagem pode “tornar-se viciado em apostas”, ou “perder os bens de sua comunidade”, “dever bens e

moedas com juros”, variando de acordo com cada tipo de carta. Quanto às recompensas, elas sempre serão relacionadas à aquisição virtuosa de bens e moedas, a prosperidade igualitária de sua comunidade, e até o ganho de bens ou moedas para a redistribuição com a comunidade.

## **9. Considerações finais**

A investigação da economia à luz da filosofia aristotélica é essencial para compreender a evolução dos conceitos econômicos, especialmente no que se refere à “ciência do lar” (*oikos*) e seu papel no bem viver. A economia, inicialmente voltada para a gestão do lar e o desenvolvimento das capacidades humanas, sofreu diversas transformações ao longo do tempo, de modo a ser caracterizada como engenharia econômica, distante da reflexão ética, do bem-estar comunitário e das necessidades primárias do homem. Pode-se pensar, a partir de Aristóteles que, ao considerar a economia como uma ciência destinada ao regramento da casa, há a crítica às práticas exploratórias, que visam o lucro e a acumulação de riqueza, prejudicando e subvertendo valores e destinações naturais dos elementos constituintes da natureza humana, da comunidade doméstica e de toda uma cidade.

Desta forma, o presente trabalho procurou demonstrar o surgimento da economia enquanto ciência inscrita à comunidade doméstica. Além disso, a economia enquanto ciência basilar, mas, confundida como “arte de aquisição”, a crematística. A economia busca suprimir às necessidades coletivas da casa, não é ciência individual, mas, pertencente a toda constituição do lar. Enquanto ciência régia da casa, a boa crematística é bem praticada enquanto promove a aquisição de bens necessários à subsistência.

Por fim, Aristóteles condena a prática da má crematística, enquanto prática individual, que busca a acumulação de riqueza sem consideração pelas necessidades coletivas. Indo além da subversão prática, o dinheiro também será afetado, de modo que, sua função não mais estará atrelada à intermediação nas trocas de bens e serviços. Enquanto objeto de valor convencional e superficial, o acúmulo de dinheiro representará a riqueza, mas de maneira insólita à verdadeira concepção de riqueza.

Como reflexo nos dias atuais, tem-se em voga que o acúmulo desregrado de dinheiro representará a riqueza e, assim, tal concepção desencadeia práticas prejudiciais para os indivíduos, bem como famílias inteiras. Neste caso, tão em voga o vício em apostas online e o endividamento pessoal, tem sido mais comum especialmente entre os jovens, refletindo o anseio pelo ganho rápido e dobrado em cada rodada de aposta.

Neste contexto, o segundo momento deste trabalho foi a proposta do "Jogo do *Oikos*", que sendo um jogo de tabuleiro visa ensinar aos alunos os conceitos econômicos aristotélicos de forma lúdica e prática. O jogo, baseado em perguntas e situações-problemas sobre a economia de Aristóteles, permite que os alunos compreendam como os conceitos filosóficos se aplicam à vida cotidiana, oferecendo a oportunidade para a reflexão crítica sobre suas escolhas econômicas no dia-a-dia, a partir da filosofia aristotélica.

Ao simular o percurso de personagens em direção ao bem-viver, o "Jogo do *Oikos*" incentiva os alunos a refletirem sobre o equilíbrio entre os recursos pessoais e coletivos, estimulando uma abordagem ética e responsável para o uso desses recursos. A proposta não visa apenas o conhecimento filosófico sobre a economia de Aristóteles enquanto um projeto pedagógico, mas principalmente a promoção da reflexão ética sobre as consequências das más escolhas econômicas, como o vício em apostas e o endividamento.

Em última análise, ao integrar a filosofia aristotélica, tendo como norte a concepção da formação econômica, este trabalho destaca a necessidade de uma abordagem prática da filosofia em sala de aula. Aristóteles nos ensina que a verdadeira felicidade e o bem viver são alcançados por meio da virtude, da justiça e do uso responsável dos recursos, e portanto, a aplicação dos princípios aristotélicos em sala de aula, para além de uma "aula regular", mas na prática lúdica do jogo, bem como ensinamento prático para os alunos do ensino básico, contribuirá para a formação de indivíduos conscientes e responsáveis para sociedade.

Em um mundo marcado pela busca incessante por lucro, as lições de Aristóteles permanecem atuais. A aplicação de seus princípios filosóficos em sala de aula, como também na vida cotidiana, podem auxiliar na restauração do equilíbrio necessário para o verdadeiro bem viver, na atual sociedade.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, J. *Aristóteles e a Metafísica do Dinheiro. Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 6, n. 3, p. 85-110, 2015
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Edson Bini. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2014.
- ARISTÓTELES. *Econômicos – Obras de Aristóteles*. Tradução de Delfim F. Leão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mario da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ARISTÓFANES. *As Nuvens*. Tradução de Mario da Gama Kury. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BARNES, J. (Org.). *Aristóteles*. Tradução de Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida: Ideias e Letras, 2009. (Coleção Companions & Companions).
- FINLEY, M. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Tradução de Marylene Pinto Michael. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo, economia e sociedade: (Grécia e Roma)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- FONSECA, E. G. da. *O Mercado das Crenças: Filosofia Econômica e Mudança Social*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUSDORF, G. *A Palavra*. Tradução de João Morais –Barbosa. Brasília: Academia Monergista, 2021.
- HESÍODO. *Os Trabalhos e os dias*. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. 1. ed. Lisboa, Portugal: Quetzal Editores, 2018.
- LAÉRCIO, D. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008
- MEINVILLE, J. *Conceitos Fundamentais de Economia*. Tradução de Yuri Márcio Pianzola Soave. Vitória, ES: Editora Centro Anchieta, 2020.
- MOREIRA, E. Quase metade dos apostadores das ‘bets’ são jovens e muitos são pobres e estão endividados. ICL Economia, 20 ago. 2024. Disponível em: <https://icleconomia.com.br/bets-jovens-pobres-endividados/>. Acesso em: 12 out. 2024.

SEN, A. *Sobre Ética e Economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STRICKLAND, F.; JOSÉ, P. Vício em jogos on-line, como o 'tigrinho', endivida brasileiros. *Correio Braziliense*, 4 ago. 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/08/6912892-vicio-em-jogos-on-line-como-o-tigrinho-endivida-brasileiros.html>. Acesso em: 12 out. 2024.

VERNANT, J-P. *As Origens do Pensamento Grego*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 29. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2023.

WOLFF, F. Aristóteles e a política. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.